



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V- JOÃO PESSOA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**RENALLY KÉSSIA PAIVA NASCIMENTO**

**O JOGO CHINÊS NO TABULEIRO DE SEGURANÇA DA  
ÁSIA: A estratégia *Smart Power* da China no controle da agenda de  
segurança do Fórum Regional na Ásia (ARF), da Associação de  
Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e da Organização para  
Cooperação de Xangai (OCX)**

JOÃO PESSOA – PB  
2014

**RENALLY KÉSSIA PAIVA NASCIMENTO**

**O JOGO CHINÊS NO TABULEIRO DE SEGURANÇA DA  
ÁSIA: A estratégia *Smart Power* da China no controle da agenda de  
segurança do Fórum Regional da Ásia (ARF) da Associação de  
Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e da Organização para  
Cooperação de Xangai (OCX)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento  
à exigência para obtenção do grau de Bacharel em  
Relações Internacionais

Orientador (a): Prof. Dr. Alexandre César Cunha  
Leite

JOÃO PESSOA – PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244j Nascimento, Renally Késsia Paiva

O jogo chinês no tabuleiro de segurança da Ásia [manuscrito] : a estratégia smart power da China no controle da agenda de segurança do Fórum Regional na Ásia (ARF), da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e da Organização para Cooperação de Xangai / Renally Késsia Paiva Nascimento. - 2014.

43 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Departamento de Relações Internacionais".

1.China. 2.Smart Power. 3. ASEAN. I. Título.

21. ed. CDD 327.112

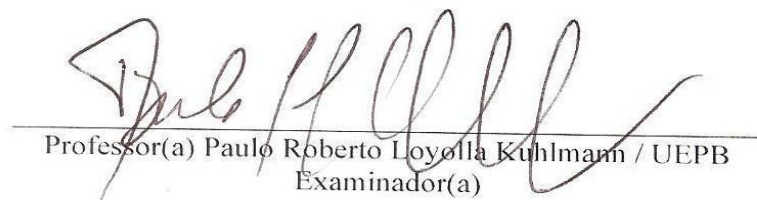
**RENALLY KESSIA PAIVA NASCIMENTO**

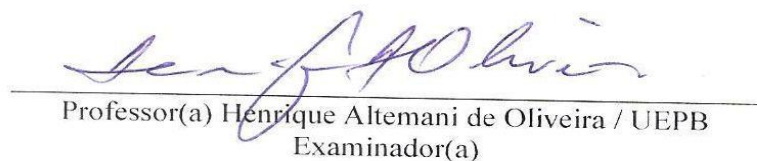
**O JOGO CHINÊS NO TABULEIRO DE SEGURANÇA DA ÁSIA: A estratégia  
Smart Power da China no controle da agenda de segurança do Fórum Regional da  
Ásia (ARF) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e na  
Organização para Cooperação de Xangai (OCX)**

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovada em 25/03/2014.

  
Professor(a) Alexandre César Cunha Leite / UEPB  
Orientador(a)

  
Professor(a) Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann / UEPB  
Examinador(a)

  
Professor(a) Henrique Altemani de Oliveira / UEPB  
Examinador(a)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que permitiu que mais uma etapa na minha vida fosse concluída com sucesso.

A Universidade Estadual da Paraíba, seu corpo docente, direção e administração que ofereceram oportunidades para meu crescimento neste curso.

Ao Professor Alexandre César Cunha Leite, pela orientação, apoio, encaminhamento de fontes bibliográficas e críticas ao trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e pelas lições de força e dedicação que fortalecem meus sonhos.

Aos meus amigos, Brunna Fernandes, Samuel Oliveira, Jullyanna Montenegro e Marieliza Braga, que em todas as dificuldades me fortaleceram e por fazerem parte da minha formação.

*“Vencer cem vezes em cem batalhas  
não é o auge da habilidade, mas, sim,  
subjugar o inimigo sem precisar lutar”  
(Sun Tzu)*

# **O JOGO CHINÊS NO TABULEIRO DE SEGURANÇA DA ÁSIA: A estratégia *Smart Power* da China no controle da agenda de segurança do Fórum Regional da Ásia (ARF) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e da Organização para Cooperação de Xangai (OCX)**

NASCIMENTO. Renally K. Paiva

## **Resumo**

Nas últimas décadas, a China tem investido em seu relacionamento pacífico com a Ásia através do diálogo de confiança e cooperação multilateral. No entanto, a dificuldade política de Pequim em associar seu relacionamento pacífico com seus vizinhos a uma preservação de suas questões soberanas territoriais, no campo da segurança, tem gerado incertezas na região. O presente artigo tem por objetivo estudar o balanceamento desse comportamento através da estratégia *Smart Power* da China dentro da Associação de Nações do Sudeste Asiático, do Fórum Regional Asiático e na Organização para Cooperação de Xangai. Como problemática este artigo busca responder de que maneira essa estratégia atua no controle da agenda de segurança asiática e seus respectivos efeitos na dinâmica regional.

**Palavras- Chave:** China. *Smart Power*. ASEAN. ARF. OCX.

## **Abstract**

In the last decades China has been investing in a peaceful relationship with Asia through a dialogue of mutual trust and multilateral cooperation. However, Beijing's political difficulty in associating its peaceful dialogue with neighboring countries in preserving its own sovereign territorial issues, regarding to its national security has given rise to uncertainties in the continent. This article aims at studying the balancing of this behavior through China's *Smart Power* strategy in the Association of Southeast Asian Nations, in the Asian Regional Forum and in the Shanghai Cooperation Organization. Our objective is to answer the question on how such a strategy affects the control of Asia's regional security agenda and its effects on regional dynamics.

**Keywords:** China. *Smart Power*. ASEAN. ARF. OCS.

## INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria exerceu um impacto profundo na dinâmica de poder internacional. Novos atores, temas e recursos de poder emergiram diante dos questionamentos sobre as antigas abordagens de segurança. De acordo com Nye (2012), a análise que se faz a respeito da distribuição do poder no século XXI se assemelha a um jogo de xadrez tridimensional. Nele as relações de poder no sistema internacional estariam assentadas em três padrões de poder (ou em três tabuleiros). Segundo Nye (2012), o poder militar estaria situado no primeiro tabuleiro e seria caracterizado como unipolar, devido à supremacia norte-americana neste campo. No tabuleiro do meio, destaca-se um mundo multipolar onde as relações giram em torno do poder econômico. Já no último tabuleiro, observa-se um poder difuso com presença de atores não estatais e novos problemas transnacionais (terrorismo; aquecimento global; proliferação nuclear).

Logo, pode-se inferir que a dinâmica de poder no sistema internacional atual é regida por dois princípios: 1) investir em recursos *Hard Power*<sup>1</sup> não é sinônimo de maior segurança; 2) o sucesso ou fracasso de um Estado é determinado pela sua habilidade de fortalecer alianças, parcerias e conseguir novos aliados, e não em quantos inimigos o mesmo possui (ARMITAGE, NYE, 2007). Dito de outra forma: “Em um jogo de três níveis, um jogador que só se concentra em um tabuleiro está propenso a perder mais cedo ou mais tarde” (NYE, 2012: 269). Nesta perspectiva, a capacidade de efetivar os resultados desejados nesta ordem difusa vai depender de uma estratégia mais ampla de poder, o *Smart Power*<sup>2</sup>.

O *Smart Power* encontra-se em uma dimensão contínua, onde a coerção e a atração encontram-se nas extremidades (VULVING, 2009). No geral, esse tipo de poder parte da habilidade do ator de combinar (de maneira eficiente) diferentes recursos de poder de uma forma simultânea. É importante levar em conta que o *Smart Power* só é consolidado quando os resultados preferíveis são atingidos. Considerando essa abordagem, é provável que a China tenha buscado desenvolver o *Smart Power* desde a década de 1980. Conforme apresentado por Gill (2007), a nova diplomacia chinesa desenvolvida durante o governo de Deng Xiaoping toma como norte a suposição de que a natureza política e de segurança internacional está baseada em três pilares: multipolaridade, desenvolvimento e paz e globalização. É provável que essa suposição, ainda presente na política externa de Pequim, esteja atrelada ao histórico do país de dois séculos recorrentes de convulsões políticas (LYRIO, 2010), associado a

---

<sup>1</sup> Tradução: Poder duro

<sup>2</sup> Tradução: Poder inteligente



isolamentos diplomáticos e desconfianças dos demais atores internacionais. Logo, a China reconhece que, em vias de manter o Partido Comunista Chinês (PCC) no poder, o país precisa de prosperidade econômica (para conter os desafios internos) e estabilidade regional (para assegurar seu crescimento econômico) (GILL, 2007). A partir da década de 1990 esse discurso ganha forma no que, só em 1999, seria apresentado como “Nova Diplomacia de Segurança”. Segundo Carriço (2012), essa política pode ser resumida em “quatro não’s”: 1) não à hegemonia; 2) à política de poder; 3) à corrida armamentista; 4) às alianças militares. Dessa forma, o “Novo Conceito de Segurança” da China utiliza-se de uma combinação pragmática de políticas de segurança e propagação do multilateralismo, através do investimento em cooperação, respeito mútuo e relações amigáveis no âmbito regional e global (GILL, 2007).

No cenário regional, a mudança de ação ocorre através do maior engajamento de Pequim com seus vizinhos. Nessa concepção, o país passa a utilizar os Organismos regionais como meio de aproximação na Ásia. Observa-se também que os interesses chineses abrangem o campo da balança de poder, de maneira que, desenvolvendo um relacionamento pacífico e ativo na região, Pequim consiga restringir as desconfianças e os sentimentos anti-China. Contudo, a interação pacífica da China com a região tem encontrado contradições quanto a questões de segurança. A orientação política de Pequim é focada no multilateralismo, desde que esse não constranja ou interfira em assuntos classificados como “internos” pelo mesmo. A confusão política deixa em aberto para os outros atores regionais o que se pode esperar dessa potência emergente. Em resposta, a China tem desenvolvido uma estratégia *Smart* para a Ásia, que consiste em equilibrar os interesses soberanos e inegociáveis com a necessidade de manter uma política de “boa vizinhança”.

Diante do acima exposto, delimita-se que o objetivo deste trabalho é apresentar como a estratégia *Smart Power* da política externa chinesa atua na participação direta da agenda de segurança regional asiática. No primeiro momento será apresentada a noção de *Smart Power* e como ele é trabalhado dentro da diplomacia chinesa. Na segunda parte serão analisados quais os recursos e como a China integra as discussões de segurança de três Organismos regionais do qual participa: Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) Fórum Regional da Ásia (ARF) e a Organização para Cooperação de Shanghai (OSC). Tomando como exemplo, para os dois primeiros Fóruns, a estratégia *Smart* de Pequim entre 2012 e 2013. Por conseguinte, as considerações finais apresentarão as consequências dessa interferência na arquitetura securitária da região.

## 1. Conceituando *Smart Power*

O *Smart Power* vai surgir no contexto mundial como uma narrativa mais ampla de poder capaz de combinar em diferentes contextos, recursos de poder até então concebidos apenas para três áreas restritas: militar, econômica e política.

O *Smart Power* não é nem *Hard Power* nem *Soft Power*<sup>3</sup> (ARMITAGE, NYE. 2007). Também não significa o uso do *Soft Power* apoiado pelo *Hard Power*, como assim pontua Cammack (2008). O *Smart Power* é a habilidade de combinar (de maneira eficiente), em uma estratégia integrada, os recursos do poder duro e do poder brando simultaneamente na dinâmica dos três tabuleiros de xadrez. Dito de outra forma, a estratégia *Smart* é capaz de trabalhar com distribuições de poder muito diferentes em diversos contextos (NYE, 2012). A presença da China na Ásia e a estratégia *rebalancing*<sup>4</sup> dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico ilustram isso.

Ao comparar a nova ordem mundial do século XXI a um tabuleiro de xadrez, Nye (2012) apresenta a chave para esse novo poder: a inteligência contextual. Segundo ele, nesse jogo internacional de três níveis, qualquer jogador que venha a se concentrar em apenas um tabuleiro, perde. Isso porque as ações e efeitos trabalhados em um tabuleiro interferem diretamente na jogada dos outros dois. No jogo tridimensional, a resposta a uma ação desenvolvida no tabuleiro político pode ser respondida por outro jogador no tabuleiro econômico ou militar, da mesma forma que a reação à resposta pode ser desenvolvida em outro tabuleiro. Ou seja, é um efeito dominó que pode terminar em um xeque-mate (a realização completa do objetivo final) ou em vários xeques (quando o efeito do objetivo alcançado precisar ser prolongado). No caso da China, sua estratégia *Smart* para a Ásia visa à produção de vários xeques devido à própria realidade complexa da região. Dessa forma, essa conexão entre os tabuleiros conduz os atores a jogarem simultaneamente nos três tabuleiros.

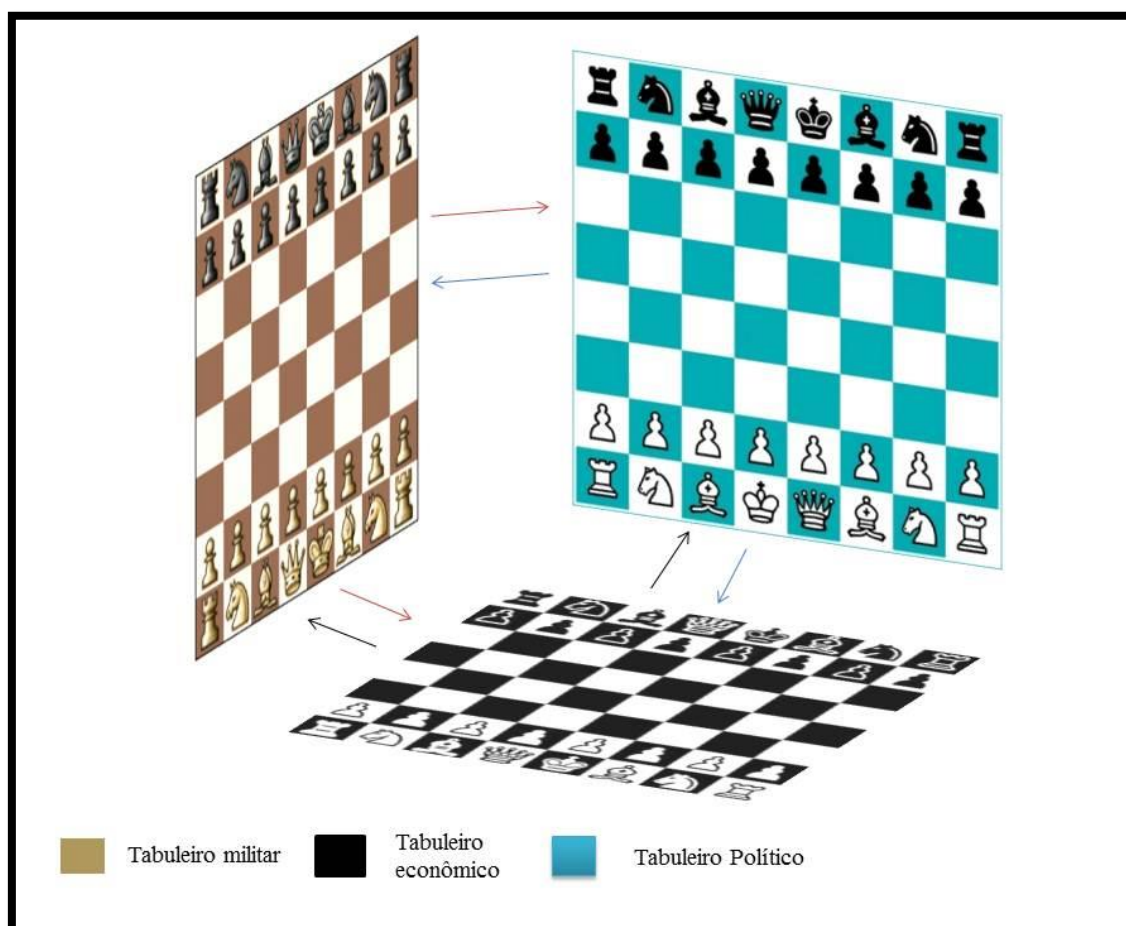
A estratégia *Smart* garante ao ator o desenvolvimento de suas relações e a interligação do mesmo com os três tabuleiros, de forma que, quando em um dos tabuleiros for exigido à efetivação de resultados desejáveis, o ator pode usar o sucesso dos outros tabuleiros restantes em benefício do outro. Assim, essa definição de poder enfatiza: “*The necessity of a strong*

---

<sup>3</sup> Tradução: Poder brando

<sup>4</sup> Tradução: Reequilíbrio

military, but also invests heavily in alliances partnerships, and institutions at all levels.”<sup>5</sup>(ARMITAGE, NYE, 2007: 5).



**Figura 1: Ação do Smart Power no Jogo Tridimensional Internacional**  
**Elaboração própria**

Porém, é preciso levar em conta que o Smart Power não é uma simples soma do *Hard* e do *Soft*. Para elucidarmos melhor o conceito de *Smart Power*, vale ressaltar que cada tipo de poder possui uma característica específica que o difere dos demais. Dito de outra forma é como se cada poder tivesse um DNA próprio. Assim, o *Hard Power* teria a coerção e a recompensa compondo seu material genético específico, enquanto o *Soft Power* seria constituído pela atração. No que concerne ao *Smart Power*, o seu material genético está em constante mutação. Ou seja, não existe uma característica própria que o defina. Sua

<sup>5</sup> Tradução: “a necessidade de uma força militar forte, mas também investir fortemente em parcerias, alianças e instituições de todos os níveis”.

construção transita pela dimensão do *Hard Power* e do *Soft Power*, sendo sua estratégia uma mistura do DNA dos recursos desses poderes. Logo, o DNA do *Smart Power* varia de acordo com o contexto e os objetivos do ator.

O conceito de poder inteligente foi inicialmente desenvolvido por Suzanne Nossel em um artigo para a revista *Foreign Affairs* em 2004, mas, só veio ganhar corpo em 2007, no relatório do *Center Strategic and International Studies (CSIS)*, “*A Smarter, More Secure America*” escrito por Joseph S. Nye e Richard L. Armitage (DUARTE, 2012). Atualmente, o *Smart Power* ganhou popularidade ao ser citado no discurso da secretária de estado norte-americana, Hillary Clinton, tornando-se o principal elemento na condução da política externa da administração Obama.

Todavia, o conceito de *Smart Power* ter sido cunhado dentro de uma análise de política externa norte-americana não implica que o mesmo refere-se e aplica-se unicamente aos Estados Unidos e seu papel de liderança global, como defende Cammack (2008). De acordo com Nye (2012: 47): “O poder inteligente está disponível a todos os Estados (e aos atores não estatais), não apenas aos Estados Unidos”.

Muitas vezes a composição do *Smart Power* (ou seja, a soma de comportamentos e recursos de poder) pode puxar para um aspecto mais *Hard* ou *Soft*, o que dificulta ainda mais sua identificação. Então, como se identifica uma ação *Smart Power*?

Em primeiro lugar é necessário olhar para a estratégia. Como Nye (2012:32) apresenta: “Precisamos prestar mais atenção aos contextos e às estratégias [...] As estratégias relacionam os meios aos fins, e aquelas que combinam com sucesso os recursos de poder duro e brando em diferentes contextos são a chave para o poder inteligente”. É na estratégia que se percebe que determinado ator restringiu-se a aplicação de um poder isolado ou se ele arriscou e obteve êxito na combinação de diferentes tipos de poder e comportamento.

É interessante ressaltar que uma estratégia *Smart Power* deve ser suficientemente flexível. Dito de outra forma, o Estado deve moldar sua estratégia nos três níveis do jogo internacional. Além disso, uma ação *Smart* deve reconhecer:

1) Os tipos e usos de poder: Segundo Nye (2012) nem sempre *Hard Power* e *Soft Power* vão ser sinônimos de interação perfeita. Ou seja, uma vez que o *Smart Power* utiliza-se tanto de peças *hard* quanto *Soft*, nem sempre a jogada combinada entre as peças vai atingir o resultado final. Por exemplo, a presença militar em outro país com missão de ajuda humanitária, pode gerar temor e aversão e não confiança;

2) Clareza com relação aos objetivos: O *Smart Power* sempre vai depender do contexto inserido e, assim, cogitar preferências em um contexto em que o ator não possui conhecimento, podendo acarretar consequências negativas (NYE, 2012);

3) Compreensão da extensão dos seus recursos de poder e do seu limite internacional: O *Smart Power* busca exercer tanto o poder com os outros como sobre os demais atores. Logo, a linha entre influenciar e controlar é tênue (NYE, 2012);

4) Avaliar os recursos e objetivos dos alvos das tentativas de poder (NYE, 2012).

O segundo passo recai no ambiente interno do ator que está tentando influenciar. Além de estratégias bem desenhadas, o *Smart Power* requer lideranças hábeis que saibam produzir escolhas políticas individuais e conduzir instrumentos de poder de maneira *Smart* (WILSON, 2008).

Outro fator interno a ser ressaltado é o que Wilson (2008) denomina de “Instituições *Smart*”. As principais instituições internas, antes responsáveis pela gerência dos recursos só *Soft Power* e só *Hard Power* devem passar por reformas com vista à facilitar a inserção do *Smart Power* na máquina política. Em 2010 os Estados Unidos lançaram o *Leading Through Civilian Power* que traçava princípios de reforma institucional, a fim de implementar uma estratégia *Smart Public Diplomacy* baseado em um poder civil (DIMITROVA, 2009).

Em terceiro lugar, os resultados trazem o reflexo de uma ação *Smart Power*. Uma estratégia *Smart* promove três tipos de resultados: promoção de bens globais<sup>6</sup>, mais aliados e o alcance dos objetivos iniciais. Tradicionalmente os demais poderes só trazem resultados que beneficiem a um único ator (em um jogo de soma zero). O *Smart Power* se difere por reconhecer que o quadro de poder do século XXI não se trata de uma tarefa pura de manutenção da hegemonia ou da maximização do poder (FREITAS, PINTO, 2012), mas de um processo de coordenação política em meio à difusão de poder entre os diversos atores do sistema internacional.

Desta forma, os resultados provindos de uma ação *Smart Power* trazem a realização de objetivos próprios de um determinado ator, ao mesmo tempo em que beneficia, por meio dos bens globais, outros atores e garante a legitimidade daquele por parte desses. Ou seja, esse poder desenvolve um jogo de soma positiva no cenário internacional do século XXI. Diante disso, a China vem estabelecendo um engajamento multilateral com a Ásia baseado em uma

---

<sup>6</sup> Bens públicos globais são bens que pertencem a todo o planeta. Kaul (2000) descreve dois tipos de bens internacionais. O primeiro se refere a acordos que criam um quadro regulamentar comum. O segundo baseia-se em questões que atravessaram as fronteiras nacionais e hoje são as principais preocupações políticas da agenda internacional. Pandemias, estabilidade financeira, terrorismo, são alguns dos exemplos.

postura pragmática em vias ao desenvolvimento (LUCENA, SILVA, 2011). Como será apresentada mais adiante, a estratégia *Smart* desse país garante, de um lado, a manutenção dos interesses territoriais de Pequim e, do outro, o aumento da dinâmica regional asiática.

## 2. O *Smart Power* Chinês

Desde a década de 1990, com o estabelecimento do pragmatismo de Deng Xiaoping, a diplomacia chinesa reconhece que, para Pequim alcançar seus objetivos, como potência emergente, faz-se necessário a efetividade tanto do *Soft Power* quanto do *Hard Power* em suas ações. Isso requer estratégias que garantam a continuidade do crescimento econômico, político e militar ao mesmo tempo de forma a assegurar ao país o papel de um ator atraente e não reacional.

Com o fim da Guerra Fria, o discurso chinês passou a fortalecer as políticas bilaterais e multilaterais, a buscar um maior engajamento em fóruns internacionais e regionais, bem como a construção de medidas de confiança mútua (GILL, 2007). Não demorou muito para a transformação estratégica de Pequim ser correlacionada a um comportamento *Soft Power*, termo esse reforçado oficialmente em 2007, durante o VII Congresso Nacional do Partido, por Hun Jintao (NYE, 2012). É importante observar que, mesmo tratado como palavra-chave, o *Soft Power* não é o poder principal que rege o comportamento de Pequim, mas sim, parte de uma estratégia *Smart*.

O “Novo Conceito de Segurança”, como assim foi chamado à política da estratégia *Smart* chinesa, desenvolveu-se entre 1994-1997, mas só foi apresentada à comunidade internacional em 1999, pelo então presidente chinês Jiang Zemin, em Genebra (CARRIÇO, 2012).

Um aspecto importante é que essa política tem auxiliado a China a responder positivamente as pressões do contexto internacional do século XXI, através de dois slogans específicos: *Peaceful Rise / Peaceful Development*<sup>7</sup> (GILL, 2007) e “boa vizinhança”. Essa nova linha de ação pauta-se em atender três objetivos específicos: diminuir as tensões no ambiente externo, de forma que Pequim possa voltar-se para seus problemas internos; garantir aos seus vizinhos que a China não é uma potência reacionária e balancear o poder norte-americano na Ásia, de forma mais eficiente (GILL, 2007).

---

<sup>7</sup> Tradução: Ascensão pacífica/ Desenvolvimento pacífico

A explicação para o sucesso do “Novo Conceito de Segurança” está centrada na dinâmica inteligente e interdependente dos três tabuleiros. A China se tornou menos reacionária no tabuleiro militar envolvendo o Exército de Libertação Popular (ELP) em ações internacionais como as missões de paz da ONU, treinamentos conjuntos e cooperação militar. No campo econômico, entre outras ações regionais e seu comportamento anti-cíclico em períodos de crise, a China aprofundou suas relações com países da África e América Latina. Já no campo transnacional, avançou como “potência responsável” no multilateralismo, engajando-se ativamente em fóruns regionais como Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), ASEAN+3, Fórum Regional Asiático (ARF, sigla em inglês), *Party at Six*<sup>8</sup>, Organização para Cooperação de Xangai (OCX), entre outros.

Essa estruturação das ações em cada tabuleiro sublinha o quão dinâmico tem se tornado o engajamento chinês com a Ásia e o quão profundo esse país ganha espaço na agenda dessa região. Para a China, como será apresentado na próxima seção, o aprofundamento multilateral nos Fóruns gera tanto oportunidade quanto desafios (LI, 2009). Contudo, nesse jogo de interdependência, a China sai na frente, utilizando a estratégia *Smart* dentro dos Organismos regionais.

### **3. A Estratégia *Smart* da China para a Ásia.**

Com o fim da Guerra Fria, três mudanças relevantes afetaram o quadro global e regional de segurança internacional (GILL, 2007). O que caracteriza a primeira alteração é o deslocamento do foco das alianças para a proliferação e aprofundamento dos mecanismos de segurança regional. Em segundo lugar, conforme Gill (2007) observa-se a não proliferação das armas de destruição em massa. E por último, a mudança na noção de soberania estatal frente à globalização e aos novos atores internacionais. Em resumo, as regras do jogo internacional mudaram diante de uma nova ordem mundial, caracterizada por Nye (2012) como caótica. Assim, o século XXI traz para o meio internacional relações assimétricas, difusas e interdependentes, decorrente da acentuação nas conexões verticais entre os três tabuleiros. Logo:

Não basta pensar em conseguir poder *sobre* os outros. Precisamos também pensar em termos de poder *para* atingir objetivos que envolvam poder *com* os outros. Em muitas questões transnacionais, capacitar os outros pode nos

---

<sup>8</sup> Tradução: Grupo dos seis.

ajudar a atingir nossos próprios objetivos. Neste mundo, as redes e a conexão tornam-se uma fonte importante de poder relevante (Nye, 2012:18).

Diante de dois isolamentos internacionais – o primeiro provindo do modelo maoísta e o segundo decorrente de uma reação internacional pós Tiananmen - a China reconheceu que sua (re)inserção internacional está diretamente interligada com o multilateralismo. Segundo Carletti (2012), o país passou a enxergar as Organizações internacionais e regionais como ferramentas relevantes para a manutenção do seu crescimento e inserção internacional.

Assim, o discurso assertivo de Pequim não mais se encaixava aos moldes do novo sistema internacional. Em seu lugar, posicionamentos mais operantes quanto ao multilateralismo, desenhados sob o slogan do *Peaceful Rise /Peaceful Development* “boa vizinhança” trouxeram os resultados esperados por Pequim: tranquilizar e conquistar a confiança de seus vizinhos, além de permitir a continuidade do seu desenvolvimento econômico.

O engajamento com seus vizinhos ocorreu entre o final da década de 1990 e 2000. Em 2002, o Relatório do XVI Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC) assegurou a cooperação multilateral e as relações bilaterais, marcando a posição de Pequim quanto ao multilateralismo (LI, 2009). No entanto, ressalta-se que o diálogo chinês com os Organismos regionais asiáticos sofre contraste relacionado ao campo econômico, a questões não tradicionais e à segurança (LI, 2009).

Nos dois primeiros, a cooperação atinge linhas de benefício, respeito e confiança mútua, elementos estes presentes no “Novo Conceito de Segurança da China”. Quanto ao campo da segurança, pode-se inferir que, de um lado, os representantes chineses defendem a prática da resolução pacífica dos conflitos e, no outro, empreende ações defensivas-assertivas (LI, 2009). Diante do exposto, Yuan (2000: 20) aponta que: “*China appears to want the best of both worlds: mending fences politically with neighbors, or at least not alarming them, without conceding on territorial issues, which Beijing regards as nonnegotiable*”<sup>9</sup>.

A dualidade de comportamento estratégico da China, em termos de segurança, está baseada na associação do discurso da preservação da soberania e integridade territorial à preocupação quanto a interpretações de ameaça revisionista por parte dos seus vizinhos (CARRIÇO, 2012). A preocupação com segurança e estabilidade é um dos elementos que perpassam a política externa chinesa ao longo de sua história (CARLETTI, 2012). A crença

---

<sup>9</sup>Tradução: “A China parece querer o melhor dos dois mundos: consertar as cercas, politicamente, com os seus vizinhos, ou não alarmá-los, sem reconhecer as questões territoriais, que Pequim considera como não negociáveis”.



de que disputas territoriais pertencem ao campo da soberania, e como tal devem ser defendidos e inegociáveis, tem conduzido o multilateralismo chinês, com a Ásia, ao desgaste.

Por outro lado, a retórica de defesa da soberania é refletida na falta de entusiasmo chinês no desenvolvimento dos mecanismos de resolução no campo da segurança dentro dos Fóruns regionais. A China é bastante temerosa de que fortalecendo os Organismos de segurança regional, como a ARF e OCX, suas questões “internas” (diga-se: disputas territoriais) ganhem abordagem internacional, abrindo espaço para a interferência externa em seus interesses. Contudo, Pequim reconhece que se quiser manter-se como parte influente no processo de segurança regional e sua respectiva agenda (YUAN, 2000) terá que balancear seu comportamento entre defesa da soberania e a preservação do ambiente de “boa vizinhança” (LI, 2009). A manutenção desse equilíbrio decorre da estratégia *Smart* embutida no “Novo Conceito de Segurança”.

O ponto central dessa estratégia inteligente é definido por Nye (2012) como a segunda face do poder relacional<sup>10</sup>. Em outras palavras, é possível mudar as preferências iniciais dos outros atores a partir do ajuste na agenda. Para a China, a manutenção de um controle da agenda de segurança asiática se concentra na capacidade de manter a balança de poder da região propícia para seu desenvolvimento. Não só isso, mas é uma ação preventiva frente aos próprios temores do império do meio quanto aos efeitos que a cooperação regional em segurança poderia desencadear, como: 1) coalizão entre os Estados regionais para conter o poder chinês; 2) a inserção de temas (como Taiwan) na agenda da Organização regional; 3) a influência de outras potências externas nos assuntos de segurança e 4) isolamento da China na dinâmica asiática.

Como já foi apresentada anteriormente, uma estratégia *Smart Power* depende da inteligência contextual do jogador. Logo, o mesmo precisa: 1) entender o contexto em que está inserido; 2) os recursos que possui e 3) desenvolver o jogo nos três tabuleiros, com foco no objetivo anunciado. O jogo *Smart* de Pequim tem pautado em se opor a qualquer medida preventiva que venha a interferir em suas questões domésticas. Contudo, segundo (LI, 2009)

---

<sup>10</sup> Nye (2012) destaca três dimensões em que o poder afeta o comportamento do outro: comando da mudança; controle das agendas e o estabelecimento das preferências. Na primeira dimensão – “comando da mudança”- o poder se manifesta na transformação da situação, por meio do uso de ameaças ou recompensas de maneira a fazer com que os outros ajam de forma contrária as suas preferências iniciais. Na segunda dimensão, o poder *molda* as preferências dos outros atores, limitando suas escolhas estratégicas, sem que os mesmos estejam conscientes ou não disso. Outra forma de se atingir o poder é através da mudança *-em si-* das preferências básicas do outro. Ou seja, estabelecer suas próprias vontades de forma a conseguir que “os outros queiram os mesmos resultados do que você” (Nye, 2012, Pág:35).

existem diferenças notáveis na condução da estratégia chinesa de segurança em várias regiões da Ásia. Conforme o mesmo autor:

*In South-East Asia, China has been quite adamant in opposing the further institutionalization of preventive measures on traditional security issues. In North-East Asia, China has taken an active role in helping solve the North Korean nuclear crisis. China is also open to the discussion of a security framework in North-East Asia. In Central Asia, China has been more willing to engage member states of the SCO on preventive measures to deal with traditional and non-traditional security issues (LI, 2009:156).*<sup>11</sup>

Os diferentes contextos asiáticos apresentam problemas distintos a serem abordados. O “Novo Conceito de Segurança”, por sua vez, torna-se *Smart* por oferecer a China à habilidade de lidar com múltiplas agendas de segurança, porém utilizando recursos de poder ou “peças” semelhantes crescidos dos três tabuleiros internacionais. Esses são:

- a) Discurso Multilateral: peça responsável por desacelerar o desenvolvimento dos mecanismos de segurança regional no Sudeste Asiático e por acelerar esses na Ásia Central. O discurso multilateral defende que, o processo de construção da segurança na Ásia requer paciência e tempo. Isso sugere que os países deveriam partir do bilateralismo para o arranjo multilateral e da construção de confiança para mecanismos de desarmamento regional (YUAN, 2000). Desta forma, por um lado, a China consegue conter o temor dos outros Estados, mostrando o seu comprometimento em participar do diálogo de segurança e, por outro, justificar seu investimento nos diálogos bilaterais.
- b) Cooperação em Segurança não Tradicional: dentre todos os temas tratados nos Organismos regionais da Ásia, a cooperação em segurança não tradicional é o que a China mais tem investido. Conforme aponta (LI, 2009), os analistas chineses acreditam que essa peça venha a cultivar a confiança regional entre os Estados e concomitantemente aprofundar a cooperação em seus diversos níveis. Quando somado com o discurso multilateral, Pequim consegue reafirmar a política de “boa vizinhança” e desviar a atenção da Organização, tanto das ações assertivas chinesas, quanto das disputas territoriais.

---

<sup>11</sup>Tradução: “No Sudeste Asiático, a China tem sido bastante inflexível na oposição à maior institucionalização de medidas preventivas sobre questões de segurança tradicionais. No Nordeste da Ásia, a China tem tido um papel ativo em ajudar a resolver a crise nuclear norte-coreana. A China também está aberta para a discussão de um quadro de segurança no nordeste da Ásia. Na Ásia Central, a China tem sido mais disposta a se engajar com os Estados membros da SCO sobre medidas preventivas para lidar com questões tradicionais e não-tradicionais de segurança.”

- c) Cooperação Econômica: Principal peça do jogo chinês. O poder econômico centra-se em estratégias que garantam a obtenção de recursos naturais e fluxos de energia, de maneira a manter o nível de crescimento econômico elevado, e a redução das desconfianças da comunidade internacional sobre seu crescimento militar.

Um efeito fundamental dessa peça é a interdependência. Os instrumentos de poder econômico<sup>12</sup> podem produzir tanto comportamento de poder brando quanto de poder duro. Não só isso, mas, dependendo do contexto, esses comportamentos podem tornar os outros mais dependentes de um Estado (NYE, 2012).

Logo, nesta dimensão, “*Economic relations in the region is seen as a way of establishing trust with China’s neighbors and, in the long run, ensuring that the region’s economic future is dependent on what happens in China*”(BERSLIN, 2009:820)<sup>13</sup>.

- d) Cooperação Militar: outra peça responsável por criar (junto com o discurso multilateral) confiança e cooperação entre China e seus vizinhos. A fim de convencer sobre seu contestado poder militar, a China apresentou em 1999 o “Novo Conceito de Segurança”. Essa política levava a cabo uma estratégia *Smart* para a diplomacia militar chinesa. Se, por um lado, a modernização militar continua a não ser transparente em termos de dados (realimentando o temor dos demais atores), no outro extremo a nova linha de ação adota princípios de segurança cooperativa, participação em instituições internacionais e regionais e a refutação da condução de políticas hegemônicas por parte de Pequim.

O uso do poder brando na diversificação das funções da força militar, visando reduzir o medo e as alianças anti-China é uma estratégia *Smart*. O Exército Popular de Libertação (EPL) tem participado no combate ao terrorismo; em missões de proteção civil e socorro em desastres naturais; em ações de segurança naval; no combate à pirataria, como no estreito de Malaca e no Golfo de Aden na Somália; e em fóruns regionais de segurança fora do âmbito da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como *Shangri-la Dialogue* e o *SixParty Talk*. Além do mais, até o ano de 2013, a China enviou 15.603 militares em dezoito missões de manutenção de paz das Nações Unidas (CHINA, 2013).

No geral, essa política de cooperação militar permite a China, de um lado aumentar sua legitimidade e belicosidade, enquanto que do outro, pode se converter em um instrumento

---

<sup>12</sup> Os principais instrumentos de poder econômico destacados por Nye são: sanções positivas, sanções negativas, pagamentos e assistência. (NYE, 2012).

<sup>13</sup> Tradução: “As relações econômicas na região são vistas como uma forma de estabelecer confiança com os vizinhos da China e, no longo prazo, assegurar que o futuro econômico da região seja dependente do que acontece na China”.

de pressão para atingir seus interesses, como em 2010, quando Pequim suspendeu o intercâmbio militar com os EUA após este vender uma remessa de armamentos para Taiwan (ARTEGA, 2010).

As peças estão dispostas ao longo dos três tabuleiros de forma que a movimentação de uma delas influencia diretamente na ação das demais nos outros tabuleiros. Sabendo que a estratégia *Smart* é jogada em três dimensões distintas, a China organiza os recursos de poder com o intuito de gerar mudança de preferência por parte dos demais Estados. Conscientemente, Pequim compreende que, mais do que vantagens, os Organismos regionais geram consequências custosas, ou seja, uma dependência. Para Nye (2012) isso caracteriza parte do conflito político atual, em que, através da interdependência, os atores buscam manipular suas relações em áreas em que os mesmos dominem e, evitar serem “controlados” em áreas que são relativamente fracas.

A China sabe que, na dinâmica de segurança asiática, sofre oposição forte de seus vizinhos e das demais potências, deixando-o em desvantagem. Em contrapartida, o país joga promovendo interdependências no tabuleiro econômico e restringindo as opções de ações dos demais Estados nos outros tabuleiros a fim de que na balança final, a vantagem seja de Pequim.

#### **4. O *Smart Power* chinês na Organização para Cooperação de Xangai**

A Ásia Central voltou a ser palco dos interesses chineses após 1991. O efeito *spill over*<sup>14</sup> de instabilidade e insegurança ameaçavam afetar os interesses equilíbrio e crescimento regional. A China, pautada na política do “Novo Conceito de Segurança”, buscou engajar-se na região através de relações diplomáticas, mais especificamente por meio da cooperação. Dessa forma, a relação sino-centro asiática passou a ser conduzida pela palavra estabilidade.

Segundo Niquet (2006), a estabilidade estaria ligada a segurança. A integridade territorial sempre fez parte da política externa de Pequim e neste caso se tornou, segundo o mesmo autor, fator determinante na política chinesa para a Ásia Central. A instabilidade elevada pós Guerra Fria na região, estimulada por sentimentos separatistas, tensões nas fronteiras, poderiam comprometer a estabilidade de Xingjian. Conseqüentemente, a busca por estabelecer relações diplomáticas seria justificada pela necessidade de Pequim alcançar a paz em seu entorno regional, logo, o seu objetivo para a região.

---

<sup>14</sup> Tradução: efeito de transbordamento.

Em sentido oposto, para Lucena e Silva (2011) o foco dos interesses chineses na Ásia Central está relacionado à estabilidade econômica, especialmente na extração de recursos naturais. O rápido desenvolvimento econômico diante da demanda elevada por esses recursos tem conduzido o país a buscar ampliar novas regiões de exploração. Nessa lógica, reduzir a dependência de regiões instáveis como a África e o Oriente Médio, investindo nos Estados da Ásia Central, tornou-se uma estratégia interessante, uma vez que, os recursos da região estariam disponíveis para Pequim.

Em suma, os interesses securitários e econômicos são dois pilares da estratégia chinesa para a região. Para Mariani (2013) os mesmos estão interconectados. De um lado, o desenvolvimento de um país requer ambientes – externo e interno- estáveis. Do outro, a segurança sempre foi vista sob a perspectiva do desenvolvimento para a China. Logo, investir em desenvolvimento, também é a melhor alternativa de promover a segurança.

Envolvido pelo discurso do “Novo Conceito de Segurança”, a China estabelece sua estratégia baseada no crescimento e fortalecimento das relações cooperativas entre os atores da Ásia Central. Neste sentido, Pequim objetiva reduzir as pretensões separatistas e o fundamentalismo islâmico, bem como, desenvolver a prosperidade na região em vias de melhorar o nível de cooperação econômica. Assim: “todo esse esforço representa o empenho chinês em ver prosperar a região centro asiática, pois isso daria estabilidade fronteiriça e regional, trazendo por conseguinte, benefícios também no campo energético” (LUCENA, SILVA, 2011:88)

O resultado da relação diplomática entre Pequim e Ásia Central, surgiu em 1996 sendo chamado de Grupo de Xangai. Originalmente constituído por China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Rússia, o Fórum expandiu em 2001 com a inclusão do Uzbequistão, adotando o nome de Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

A OCX fundamenta suas ações na transformação das hostilidades militarizadas de seus membros e no combate aos *three evils*<sup>15</sup>: terrorismo internacional, separatismo nacional e extremismo religioso (GILL, 2007). A centralidade em questões de segurança não tradicional parte do próprio contexto regional, complexo em termos culturais, étnicos, e instável quanto às disputas fronteiriças e de recursos naturais (LI,2009). Assim, como reconhece a Carta da Organização para Cooperação de Xangai (2002, Art. 3):

*The main areas of cooperation within SCO shall be the following: development and implementation of measures aimed at*

---

<sup>15</sup> Tradução: Os três maus.

*jointly counteracting terrorism, separatism and extremism, illicit narcotics and arms trafficking and other types of criminal activity of a transnational character, and also illegal migration; coordination of efforts in the field of disarmament and arms control*<sup>16</sup>.

O crescimento de mecanismos de confiança no ambiente militar foi acompanhado da redução da força militar nas fronteiras, combate ao tráfico de pessoas e de drogas. Outros objetivos foram sendo postos em pauta ao longo do desenvolvimento de Fórum, com vista a garantir a estabilidade e cooperação mútua em campos como o econômico e político.

A busca pela estabilidade securitária, econômica e política na região, segundo Gill (2007), foram inicialmente estimulados pela *Charm Offensive*<sup>17</sup>, empreendido no discurso do presidente chinês Jiang Zemin, no início da década de 1990. De fato, como aponta Lucena e Silva (2011) e Gill (2007), a OCX é um exemplo explícito do “Novo Conceito de Segurança”. Na verdade, o Fórum é o instrumento institucionalizado dos interesses de Pequim na Ásia Central para garantir a realização dos objetivos estabelecidos por esse na região. Dessa forma Swanström (2011:74) afirma que: “*it should also be noted that SCO is primarily a Chinese organization, in the sense that China is the main funder. China has lifted up the organization and has clearly put a great deal of political prestige behind It.*”<sup>18</sup>

A inserção de Pequim como *player*<sup>19</sup> na região deriva de uma estratégia *Smart*, provinda do “Novo Conceito de Segurança”. Seu comportamento gira em torno do diálogo, do multilateralismo e da cooperação, com fins a gerar dois efeitos importantes: confiabilidade e interdependência assimétrica. Tendo em vista que a Ásia Central é historicamente uma zona de influência chinesa, tais efeitos geram o resultado que a China precisa para efetivar seus interesses na região e, principalmente, garantir sua influência e liderança regional.

Esses efeitos, por consequência, são derivados da combinação de movimentos feitos pelo país no jogo. Desta forma, observa-se que, no tabuleiro da Ásia Central, quando a China inicia o seu jogo a partir do tabuleiro militar, o efeito gerado é de confiabilidade e aproximação. Já quando o país parte do tabuleiro econômico, o efeito é a interdependência e do tabuleiro político é a aproximação.

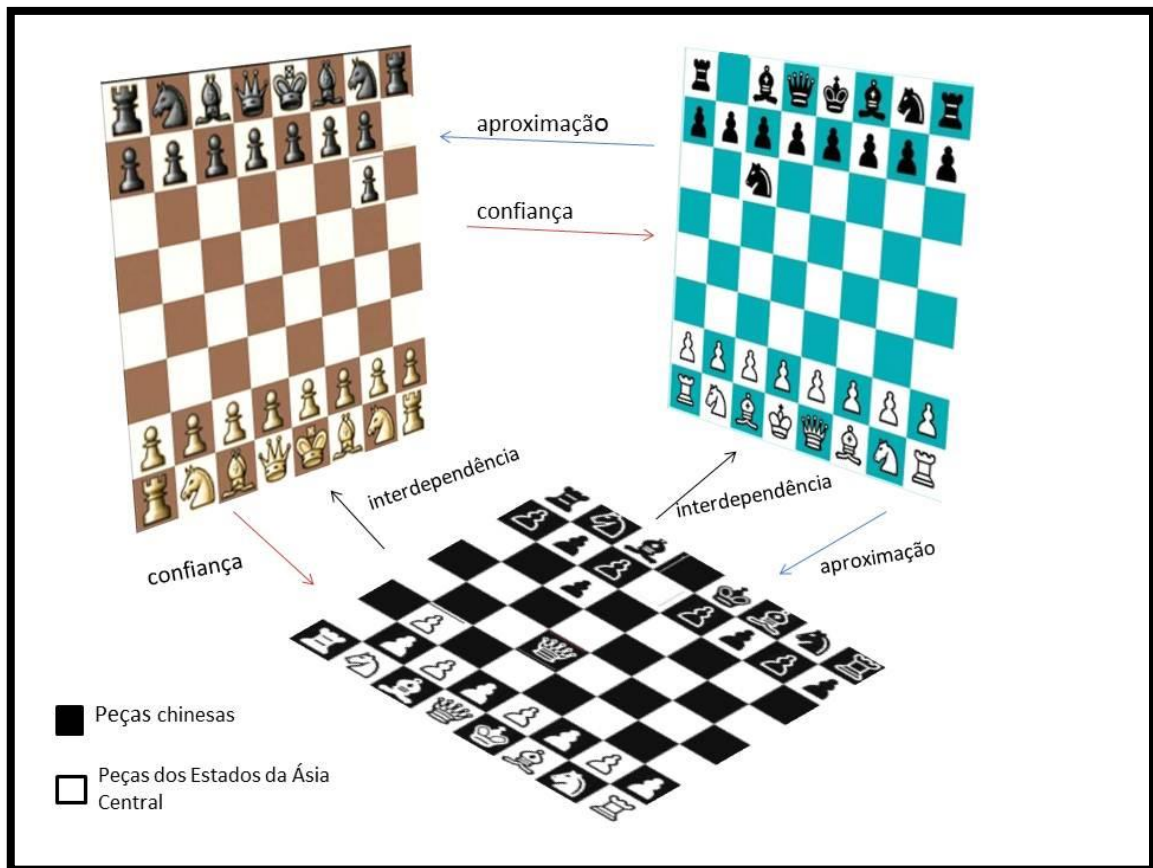
---

<sup>16</sup> “As principais áreas de cooperação no âmbito de SCO deve ser o seguinte: desenvolvimento e implementação de medidas destinadas a lutar contra o terrorismo em conjunto, separatismo e extremismo, drogas ilícitas e ao tráfico de armas e outros tipos de atividades criminosas de caráter transnacional, e também a migração ilegal; coordenação de esforços no campo do desarmamento e controle de armas.”

<sup>17</sup> Tradução: Atracão ofensiva.

<sup>18</sup> Tradução: “Deve também ser notado que a SCO é principalmente uma organização chinesa, no sentido de que a China é o principal financiador. China levantou a organização e tem claramente colocado uma grande quantidade de prestígio político por trás dele”.

<sup>19</sup> Tradução: jogador.



**Figura 2: Efeitos gerados pela movimentação das peças chinesas, em sua estratégia *Smart* na Ásia Central.**

**Elaboração Própria.**

A primeira peça que a China moveu na região foi de cooperação militar. Inicialmente tomado por uma relação bilateral, Pequim deu início ao processo de estabilização das fronteiras com as repúblicas centro-asiáticas que faziam fronteira com ele. Paralelamente, a peça do discurso multilateral moveu-se no tabuleiro político através do diálogo multilateral entre Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Rússia e China, gerando o Grupo de Xangai, em 1996. No mesmo ano a integração entre os tabuleiros militar e político trouxeram como resultado o *Shanghai Five Agreement on Confidence- Building in the Military Field along the Border Regions* e, no ano seguinte, o *Agreement on reducing Each Other's Military Forcer along the Border Regions*, que visava à redução do efetivo militar nas fronteiras.

Em adição, sendo agora na Organização de Xangai, o grupo investiu em mecanismos de cooperação de forma que, segundo Mariani (2013), estabeleceu-se um discurso coletivo sobre as ameaças comuns de terrorismo, ameaças transnacionais e desastres naturais. Assim, a

OCX assinou uma série de documentos fortalecendo esse novo discurso, como: *Shanghai Convention on Combating Terrorism, Separatism and Extremism*; *SCO Convention Against Terrorism*; *Anti-drugs Cooperation Agreement*, e *Agreement on Joint Fight Against Crimes*. A Organização também conta com um secretariado permanente localizado em Pequim e um centro regional antiterrorismo implementado em Tashkent, Uzbequistão em 2004.

Outra peça forte da China no tabuleiro militar da Ásia Central são os exercícios militares. Segundo Gill (2007), os exercícios fortalecem as relações desse país com seus vizinhos da Ásia Central, não só aprofundando sua relevância regional como também se tornando uma fonte preciosa de manutenção da estabilidade, em especial, em Xingjian.

Ao conquistar essa confiança e aproximação por parte dos demais membros da OCX, a China consegue assegurar o controle da agenda de segurança desse Organismo. Mariani (2013) pontua que o Fórum é falho em coordenar suas atividades no combate ao tráfico de drogas e quanto a disputas de recursos naturais. Essa falha é realimentada por Pequim que, ao trabalhar com a peça de cooperação em segurança não tradicional, delimita a ação da Organização de Xangai a um campo restrito que envolve o fundamentalismo islâmico e as disputas fronteiriças. Ou seja, elementos promotores de instabilidade em Xingjian. Dito de outra forma, para a China, é essencial quebrar os vínculos culturais, linguísticos e étnicos entre Xingjian e a Ásia Central, como aponta Niquet (2006: 4): “*While reinforcing the “strategic” links between China and Central Asia, It was necessary for Beijing at the same time to deny or minimize the natural and historical integration of Xinjiang with this whole region of Central Asia*”<sup>20</sup>.

Os efeitos de confiabilidade e aproximação desencadeados tanto no campo militar quanto político constituíram uma genuína fonte de colaboração no desenvolver do tabuleiro econômico. Como já apresentado, a China intencionava aprofundar seus laços econômicos com a região com ênfase no setor energético. Desta forma, seu engajamento com a Ásia central começou a dar seus primeiros passos em 1992. Contudo, na OCX a questão econômica só foi posta em pauta em 2001 a partir do *Framework agreement*<sup>21</sup>, que propunha o estabelecimento de uma zona de livre comércio na OCX, além da redução de barreiras não tarifárias e projetos de cooperação econômica e tecnológica (OLIVEIRA, 2008). Em 2002 a OCX reiterou a necessidade de integração econômica entre seus membros.

---

<sup>20</sup> Tradução: “Enquanto reforçando as ligações “estratégicas” entre a China e a Ásia Central, foi necessário para Pequim, ao mesmo tempo negar ou minimizar a integração natural e histórica de Xingjian com toda esta região da Ásia Central”.

<sup>21</sup> Tradução: Quadro de acordo.



Diferente das outras peças, a cooperação econômica trabalha na linha do bilateralismo estratégico e cooperativo. A explicação para isso parte da própria dificuldade enfrentada, principalmente por receio da Rússia, na OCX, de desenvolvimento dos mecanismos econômicos, como a criação do Banco da Organização de Xangai. Dessa forma, a China vem se tornando um parceiro econômico muito relevante para as cinco repúblicas da Ásia Central (MARIANI, 2013). Segundo Lucena e Silva (2011), Pequim lança mão de meios de ajuda financeira, como empréstimos e de cooperação econômica. Quanto ao último, o país investe em rodovias, ferrovias, assistência infraestrutural, entre outros.

Mais do que as peças de cooperação militar e discurso multilateral, a cooperação econômica consegue prender em uma só jogada as duas preocupações chinesas na região: a segurança e o desenvolvimento econômico. De um lado, a peça econômica influencia o tabuleiro militar da região, uma vez que, a China reconhece o atraso econômico de Xinjiang e dos demais países da Ásia Central, como uma das causas das tensões sociais e do terrorismo islâmico (NIQUET, 2006). Do outro, auxilia no desenvolvimento do país facilitando a abertura para um novo mercado e fonte de energia para a China. Com o Cazaquistão, Pequim tem buscado obter um papel de liderança quanto às indústrias de energia neste país, além de aproveitar os recursos energéticos como: gás natural, minerais e petróleo. O Turcomenistão é o segundo maior parceiro comercial da China. Sendo assim, ambos estão engajados na expansão das linhas de gasoduto. No Quirguistão, sendo uma região estratégica, torna-se importante a construção de estradas para escoamento dos produtos chineses para a Rússia e Cazaquistão. Já no Uzbequistão, a China direcionou seus investimentos em áreas como transporte, energia e telecomunicações. Por último, o Tadjiquistão recebe ajuda econômica e investimentos chineses para a construção de estradas (MARIANI, 2013).

Na estratégia *Smart*, o movimento das peças de Pequim resultou na criação da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) em 2001. Com isso, ela conseguiu colocar em jogo uma nova peça no tabuleiro político da Ásia Central: o espírito de Xangai. De acordo com a Declaração da Fundação da Organização de Cooperação de Xangai, os princípios que regeriam este Organismo seriam: confiança, respeito mútuo, solução pacífica das questões por meio da consulta mútua, não interferência nos assuntos internos, manutenção da paz e estabilidade regional (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com Lucena e Silva (2011), o espírito de Xangai – como ficou conhecido o conjunto de princípios da OCX- é o reflexo dos princípios gerais da política externa chinesa, uma vez que, conclama elementos da coexistência pacífica. A influência chinesa no conjunto

de princípios da OCX é mais uma peça que delimita o espaço perante o próprio Organismo, além de aproximar a China dos demais membros da OCX, garantindo a mudança de preferência dos Estados da Ásia Central (LUCENA E SILVA, 2011).

Um último ponto a ser analisado dessa estratégia *Smart* chinesa é o controle da agenda de segurança no tabuleiro político. Como já foi ressaltado, a OCX sofre influência direta de Pequim quanto aos princípios que a norteia. Em suma, a política chinesa para o OCX é um contraste em relação a sua política no sudeste asiático. Na Organização de Xangai, a China tem se empenhado no crescimento dos mecanismos de segurança, com foco no fortalecimento da segurança e na redução da presença militar nas fronteiras (LI, 2009).

É interessante destacar que o Fórum segue a mesma linha evolutiva dos mecanismos de segurança desenvolvidos na ARF. Contudo, segundo defende Li (2009), a OCX atualmente está – gradualmente- encaminhando-se para uma diplomacia preventiva. Parte dessa evolução é sinalizada em dois documentos específicos: *Declaration on the Fifth Anniversary of Shanghai Cooperation Organisation* e o *Joint Communiqué of the Meeting of the Council of Heads of SCO Member States*. Outra parte provém do próprio esforço chinês em tornar a Organização uma cooperação prática, uma vez que, a OCX não seria capaz, na visão de Li, de crescer mais sem a diplomacia preventiva, dada a complexidade da região da Ásia Central em termos de conflitos fronteiriços, diversidade cultural, étnica, linguística, entre outros.

## **5. O *Smart Power* da China na ASEAN e ARF**

Durante a década de 1980, a política chinesa para o Sudeste Asiático começou a sofrer importantes transformações, em dois campos específicos (YUAN, 2006). Primeiro Pequim mudou sua percepção quanto ao ambiente de segurança estabelecendo relações produtivas em diversas áreas com seus parceiros regionais e internacionais. Além do mais, sua política ganhou uma retórica de aceitação ao multilateralismo e a segurança cooperativa, onde mais tarde, seria reconhecida como “Novo Conceito de Segurança”.

O primeiro engajamento em segurança multilateral, pós Guerra Fria, da China ocorreu em 1994, quando se tornou membro do Fórum Regional da ASEAN (ARF) e parceiro de diálogo da ASEAN. A ARF é uma ferramenta de segurança cooperativa criada pela ASEAN no início da década de 1990, cujo objetivo é lidar com as ameaças internas e externas que

atingem a Ásia-Pacífico. Esse Fórum teve início com oito Estados e, atualmente, cresceu para vinte e sete<sup>22</sup> membros, dentre eles, Índia, Canadá e Estados Unidos (GILL, 2007).

Ao contrário da defesa do seu discurso multilateral a China estava particularmente receosa em oferecer apoio logo nos primeiros anos da nova Organização de segurança regional. A reserva provinha de temores: 1) que a ARF torna-se um mecanismo de segurança institucionalizada muito rápido, vindo a interferir em questões internas de outros países; e 2) que esse Fórum fosse controlado pelos EUA, Rússia, de maneira a barrar o desenvolvimento chinês (GILL, 2007).

A mudança da China frente à ARF só veio ocorrer em 1997, durante a reunião de *Confidence- building* em Pequim. Segundo Carletti (2012), gradualmente, Pequim passou a mudar sua visão quanto às Organizações regionais, percebendo as mesmas como instrumentos úteis para o seu crescimento e inserção na dinâmica regional. Fora isso, Yuan (2000) elenca outras oportunidades como: desenvolvimento de um papel mais flexível e responsável no meio regional, aprofundamento das relações com seus vizinhos, diminuição da percepção de ameaça chinesa, garantia de um ambiente estável para o desenvolvimento econômico do país e o constrangimento do papel do Japão e EUA na região (GILL, 2007).

A China avançou no Fórum por meio do apoio de mecanismos de confiança suave, nas visitas militares mutuas e ao enfatizar questões de segurança não tradicionais e transnacionais na agenda de segurança.

Quanto à relação China-ASEAN, essa só se intensificou em meados dos anos 2000 (GILL, 2007). Criado em 1967, o Fórum tem como meta no campo da segurança, a redução das tensões e competições entre seus membros e, na área econômica, a promoção do desenvolvimento sócio- econômico (WEBER, 2009). No geral, a ação da ASEAN é desenhada por três documentos oficiais: *Declaration of a Zone of Peace, Freedom and Neutrality* (ZOPFAN) de 1971 que tornava, no período da Guerra Fria, o Sudeste Asiático “neutro” das disputas entre China, Rússia e EUA; *Declaration of ASEAN Concord, Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia* (TAC) de 1976 e *Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon - Free Zone* (SEANWFZ), assinada em dezembro de 1995. Dessa forma, o respeito à soberania, à resolução pacífica das questões, à integridade territorial, à renúncia do

---

<sup>22</sup>Atualmente a ARF é formada por: Austrália, Bangladesh, Brunei, Camboja, Canadá, China, República Democrática da Coreia, União Europeia, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Myanmar, Nova Zelândia, Paquistão, Nova Guiné, Filipinas, República da Coreia, Rússia, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Timor-Leste, Estados Unidos, Vietnam.

uso da força e da ameaça e a ação cooperativa, tornaram-se os princípios condutores no diálogo da segurança entre os membros da ASEAN.

O primeiro passo da China rumo a um engajamento positivo com o Sudeste Asiático ocorreu em 1997 quando o presidente chinês, Jiang Zemin, na reunião da ASEAN na Malásia, anunciou a pretensão chinesa de estabelecer uma política de “boa vizinhança” com os países da região (YUAN, 2000). Essa ação foi consolidada em 2003 com a ratificação do *Joint Declaration of the Heads of State/Government of The Association of Southeast Asian Nations and The People’s Republic of China on Strategic Partnership for Peace and Prosperity*.

O desenvolvimento das relações de defesa e segurança entre China e ASEAN, segundo Yuan (2000), pauta-se na transferência de equipamentos, diálogos multilaterais, exercícios multilaterais, visita de militares, entre outros. No campo diplomático, o crescimento da interação ocorreu no final de 2002, quando lançaram mão da: *Declaration on the Conduction Nontraditional Security issues* e *Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea*, essa última sendo um marco no diálogo Pequim-ASEAN quanto às disputas no sudeste do mar da China. O passo seguinte foi a criação do *Strategic Partnership for Peace and Prosperity Agreement* e a ratificação da *Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia* – de 1976. Ambos os acordos foram assinados em 2003.

A relevância da ASEAN para o Sudeste Asiático pós Guerra Fria influenciou diretamente na reavaliação da estratégia de Pequim para a região. Sem a pretensão de permanecer no isolacionismo diplomático, imposto pelo meio internacional pós- Tiananmen, a China buscou evoluir sua política externa de forma que pudesse atender a dois objetivos: preservação dos interesses soberanos territoriais e desenvolvimento sócio econômico.

Partindo desse pressuposto, a estratégia *Smart* chinesa insere-se na região sob o slogan da política de “boa vizinhança”. Segundo Carletti (2012), a China procura ganhar a confiança de seus vizinhos através do engajamento com a ASEAN e em relações bilaterais de segurança e economia. Talvez, essa linha de ação possa ser explicada pelo dilema das relações China-ASEAN/ARF. De um lado, temos Pequim cujo principal objetivo no engajamento com esses Fóruns é a defesa dos seus interesses de integridade territorial e desenvolvimento econômico - principalmente contra possíveis ameaças de potências externas. Dito de outra forma, o país objetiva impedir a internacionalização de disputas territoriais em que o mesmo está envolvido junto com os países que compõe a ASEAN e ARF. Do outro, observa-se um misto de suspeitas e de otimismo reservado entre os países do Sudeste Asiático para com a China. Segundo Yuan (2006), as percepções das nações da ASEAN e ARF são influenciadas por

fatores históricos, geográficos e culturais. Dentre esses fatores, Carletti (2012) destaca a visão de superioridade chinesa em relação aos seus vizinhos por meio do sistema tributário-vantajoso apenas para o império do meio – e o apoio deste às insurgências internas nos seus vizinhos. Além do mais, o crescimento relevante deste país, bem como o fortalecimento militar da EPL, adicionou novas incertezas, agora relacionadas à como a China utilizará seu poder na região. Desta forma, a solução trabalhada pela estratégia *Smart* chinesa é a utilização da ARF e ASEAN como instrumentos de aproximação e de modificação das preferências dos demais membros dentro da agenda de segurança do Sudeste Asiático.

Dessa forma, a primeira peça a ser movimentada, geralmente, é a de discurso multilateral. Estando no tabuleiro político, essa peça cria um perfil cooperativo em cima de slogans como *Peaceful Rise/ Peaceful Development* “boa vizinhança”. Assim, em seus discursos, a China enfatiza o aprofundamento do multilateralismo, da confiança, do diálogo, entre outros pontos que convergem com seus princípios de Coexistência Pacífica<sup>23</sup>. O interessante dessa primeira peça é que ela não só consegue conduzir os demais membros dos Fóruns para a zona de influência chinesa, como também facilita a movimentação de outras duas peças importantes no jogo de Pequim: a cooperação militar e a cooperação econômica.

Por outro lado, ainda no âmbito da segurança regional, a peça de discurso multilateral lança dois outros efeitos perceptíveis no jogo: participação seletiva e a inflexibilidade no desenvolvimento de mecanismos de segurança. No primeiro caso, segundo Neto (2012) citando ONG (2007), os temas escolhidos para as discussões geralmente são propostos pela China, sendo esses de seu interesse ou que não abordem temas sensíveis. Como exemplo, podemos citar o desenvolvimento das negociações do Código de Conduta do sudeste do Mar da China (COC, sigla em inglês). A discussão para a formação deste código teve início em 2011, quando a China sinalizou seu interesse na questão. Contudo, em 2012, Pequim reverteu sua decisão e tem seguido nessa linha desde então, por várias razões. Primeiro por acreditar que os principais interessados nas disputas no mar do sul da China não estão respeitando a Declaração de Conduta de 2002. Segundo, a China mantém a suspeita de que Vietnam e Filipinas almejem atender seus próprios interesses (e dos Estados Unidos) neste Código (STOREY, 2013). Logo, a mesma não tem pressa em avançar no diálogo do COC até que seus pontos de vista sobre a disputa sejam incluídos no Código. Como apresenta Carriço (2012:138):

---

<sup>23</sup>Formulados em 1954 por Chu En-lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, os cinco princípios abordavam: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; 2) não agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. (MAHBUBANI, 2008).

Se a disputa é importante para seus interesses, mas não pode ser resolvida de forma pacífica e com vantagem para a China, opta-se por adiar indefinidamente a sua resolução até ficar em eventual posição de vantagem negocial.

Por último, o bloqueio no desenvolvimento dos mecanismos de segurança decorre, principalmente, do medo de Pequim de que, tanto a ARF quanto a ASEAN transformem-se em estruturas institucionalizadas de segurança e, por consequência, passem a intervir em questões internas. Segundo aponta Yuan (2006), a institucionalização dos mecanismos de segurança é visto por Pequim com relutância, de forma que, ela sempre ressalta a necessidade de aprofundar e amadurecer mais a construção de confiança, primeiro no campo bilateral, para em seguida ganhar arranjos multilaterais e de diplomacia preventiva. A falta de apoio da China no avanço do mecanismo de diplomacia preventiva na ARF é o reflexo de seu temor de que, qualquer problema no mar do sul da China ou envolvendo Taiwan possa acarretar em uma intervenção internacional (LI, 2009).

No tabuleiro militar encontra-se a peça de cooperação militar. Essa peça atua tanto no meio multilateral quanto bilateral. No primeiro caso, temos as forças militares chinesas sendo usadas em programas assistenciais como: treinamentos militares, assistência humanitária, exercícios militares, intercâmbio de delegações, entre outros (CARRIÇO, 2010). Como apresentado por Nye (2012), a assistência pode acentuar tanto o *Soft Power* quanto o *Hard Power*, dependendo da modalidade em que seja empregada. No caso chinês, a presença da ELP junto a ASEAN e ARF aumentaram a credibilidade de Pequim e a criação de vínculos por parte dos Estados do sudeste asiático. Por outro lado, esse mecanismo também serve como uma ameaça de força implícita aos demais países ao exibir sua capacidade militar. Assim, em meados de junho de 2013, enquanto o navio hospital da Marinha chinesa Paz Ark participava de um exercício de ajuda humanitária em Brunei, no mar do sul da China, os navios de guerra chineses firmavam-se com pretensões de tendências soberanas, sem qualquer reação assertiva ou punitiva da ASEAN ou ARF como resposta (STOREY, 2013).

Quanto ao campo bilateral, essa peça trabalha limitando a atuação dos Organismos de segurança na interferência em seus assuntos internos. Como exemplo, observa-se que a China busca negociar códigos de conduta com os principais países com quem tem disputas territoriais (YUAN, 2006). Em dezembro de 1999, o país assinou com Vietnã o *Land Border Treaty* e, em 2000 o *Agreement on the Delimitation of the Territorial Seas*.

Os maiores avanços na relação China-ASEAN pós Guerra Fria ocorre no campo econômico. A ASEAN se tornou um dos principais parceiros comerciais de Pequim, assim como esse se consolidou como motor principal da economia do sudeste asiático.

O efeito dessa relação acarretou a institucionalização de 48 mecanismos de cooperação econômica (YUAN, 2006). Dentre esses destaca-se: *ASEAN+1* (1997); *China-ASEAN Senior Officials Meeting*; *ASEAN-CHINA Joint Committee on Economic and Trade Cooperation e Framework Agreement on Comprehensive Economic Cooperation*. Esse último acordo, lançado em 2002, previa o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre China e ASEAN até 2015.

A estratégia chinesa no estabelecimento de uma área de livre comércio com os países do sudeste asiático parte de uma série de interesses como: garantia de um ambiente regional pacífico para o desenvolvimento econômico de Pequim, aprofundamento da relação com seus vizinhos, reafirmação do *Peaceful Rise* e diminuição da “ameaça chinesa” e, por fim, permite ao país ter um papel mais relevante no crescimento econômico no Sudeste Asiático.

Quanto à peça de cooperação econômica, só podemos inferir que é a peça mais forte do jogo chinês. Se comparado a um jogo de xadrez normal, a cooperação econômica seria a dama ou a rainha. Não obstante, essa peça gera o efeito que Nye (2012) denomina de interdependência econômica. Conforme apresenta o mesmo autor, quando um Estado possui o domínio da interdependência em uma área, porém é relativamente fraco em outras, ele pode criar ou evitar vínculos entre os três tabuleiros. No caso da primeira opção, Nye (2012) afirma que os Estados tendem a transferir seus ganhos da interdependência para outras áreas.

É certo que, além da China dominar a assimetria de interdependência no tabuleiro econômico, o país cria vínculos entre os tabuleiros. Dessa forma, temos a movimentação da cooperação econômica expandindo sua influência para o tabuleiro político e militar, a fim de enfraquecer possíveis dependências em que a China esteja submetida.

Por outro lado, essa mesma peça reforça a movimentação do discurso multilateral no tabuleiro político. Na criação de vínculos, os Estados tendem a usar as instituições para estabelecer regras que auxiliem no conflito político de interdependência (NYE, 2012). Nessa linha, infere-se que a peça do tabuleiro econômico acaba influenciando (diretamente) na restrição de alguns instrumentos políticos para os membros dos Fóruns e sujeitando os mesmos a outros mecanismos que venham a serem reflexos dos interesses de Pequim.

É neste sentido que a quarta peça de Pequim é apresentada no jogo. A cooperação em segurança não tradicional pode ser percebida como uma reação da influência da cooperação

econômica na agenda na dinâmica da ASEAN. Impulsionada pela China, a segurança não tradicional ganhou espaço na agenda de segurança do Fórum, após 11 de setembro de 2001. Temas envolvendo antiterrorismo, antipirataria, degradação ambiental, tráfico de drogas e pessoas, conflitos étnicos, entre outros, aprofundam o perfil cooperativo de Pequim, elevando o relacionamento dela com seus vizinhos.

Também a partir da última influência da peça econômica é que a peça final do jogo é lançada: Falhas na Organização. Antes de tudo, ela é uma peça específica do jogo *Smart* chinês com o Sudeste Asiático. Contudo, se diferencia das demais por não ser controlada diretamente pela RPC, mas, por ser influenciada por essa.

As Falhas na Organização evidenciam a ausência de ações mais fortes da ASEAN e ARF, frente ao comportamento chinês de “o melhor dos dois mundos”, explicado anteriormente. No geral, observa-se que tal peça é constituída por duas bases que norteiam ambos os Fóruns: ASEAN- Way e a estratégia de engajamento dos Organismos para com a China.

O ASEAN Way é descrito como um conjunto de princípios<sup>24</sup> que regem o processo de tomada de decisão tanto da ASEAN, quanto da ARF. Esses princípios têm como objetivo maior conduzir o processo de interação regional, baseado em níveis altos de consenso, consulta e não agressão (ACHARYA, 2001).

É interessante observar que o ASEAN Way diferencia os Fóruns do sudeste asiático dos modelos tradicionais do ocidente ao centrar na informalidade e na construção de consenso (ACHARYA, 2001). Ambas as características são defendidas pelos membros como o “melhor caminho” para alcançar um ambiente de tomada de decisão flexível e não hostil. Os efeitos por trás do espírito da ASEAN são percebidos, em especial, na postura dos Fóruns quanto à segurança regional. Logo, tem-se de um lado a ASEAN optando pela promoção de paz por consenso e consulta bilateral entre seus membros e, do outro, a ARF investindo na construção de uma identidade entre seus participantes (WEBER, 2009) de forma minimamente institucionalizada e sem regras rígidas de procedência de comportamento. Como pontua Storey (2012:3): “*Keep in mind that the ARF was not designed to resolve disputes. It is merely a forum for 27 foreign ministers to discuss regional security problems*”<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Os princípios que fazem parte do ASEAN Way são: Não interferência nos assuntos internos dos Estados; não uso da força; resolução pacífica de disputas; decisão consensual; benefício mútuo; coexistência pacífica, entre outros (WEBER, 2009)

<sup>25</sup> Tradução: “Tenha em mente que a ARF não foi projetada para resolver disputas. É meramente um fórum de 27 ministros das Relações Exteriores para discutir os problemas de segurança regional”.



Por último, os Estados do Sudeste Asiático reconhecem que precisam conviver com o crescimento da China e sua reinserção na região. Desta forma, o melhor caminho para driblar seus temores quanto às pretensões assertivas de Pequim é garantir que esse país atue de maneira “responsável”, segundo o ASEAN Way (YUAN, 2006). Nessa linha, a ARF e ASEAN desempenham um papel relevante de integrar e tornar a China mais dependente da região. Assim, é preferível para os membros desses Fóruns responder às atitudes difusas chinesas, estimulando o diálogo multilateral.

Em suma, essa peça garante a falha da ASEAN e ARF na contenção da China. Isso, como explica Neto (2012), somado a peça de discurso multilateral assegura um relativo grau de influência nos rumos dos fóruns, além de um resultado diferente das preferências iniciais dos demais membros.

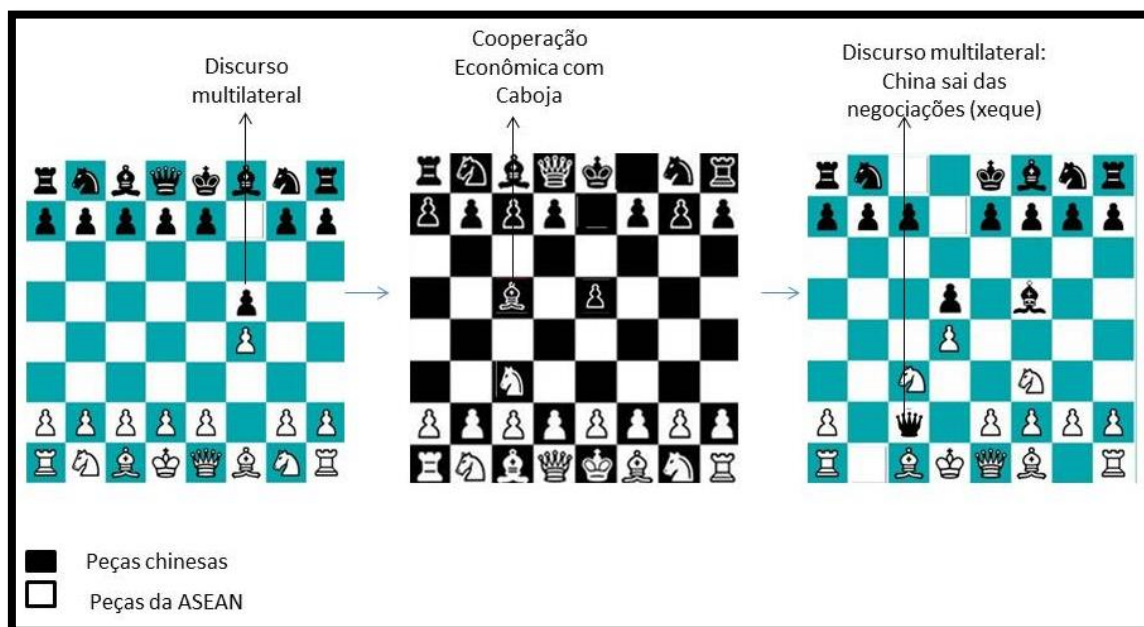
A fim de ilustrar melhor o comportamento *Smart* da China, analisar-se-á o período que compõe o final de 2011 até meados de 2013. Para Storey (2012) as disputas no sudoeste do mar da China são cíclicas, ou seja, varia entre períodos de tensão e estabilidade. No caso da China, os períodos de tensões são os mais fáceis para movimentar as peças e, geralmente, são neles onde o país consegue obter o xeque do jogo.

Os conflitos no sudeste do mar da China emergiram na década de 1980, principalmente após o surgimento da Convenção sobre o Direito do Mar. No geral, a corrida pelas ilhas Spratly envolve seis reclamantes: Brunei, China, Filipinas, Malásia, Taiwan e Vietnam.

Dentro da ASEAN, os esforços desses países para chegarem a um consenso, resultou na *Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea* (DoC), um acordo não vinculativo lançado em 2002 (STOREY, 2013). Esse documento previa a construção de um Código de Conduta do sudoeste do mar da China de forma a reduzir as tensões e aumentar o diálogo entre as partes requerentes. Mesmo tendo ratificado o DoC, a China só veio a concordar com as negociações para o COC, em julho de 2011.

A disposição de Pequim por um diálogo diplomático envolvendo uma questão de soberania para o mesmo pode ser representada como a primeira peça de um novo jogo *Smart* da China para com a ASEAN. Essa peça, representada como “discurso multilateral”, já visto anteriormente, tem como função reduzir as tensões e desconfianças geradas por uma intensa ação *hard* do país no primeiro semestre de 2011. Não só isso, mas essa primeira peça abre oficialmente as discussões para a formalização do COC, que têm início em janeiro de 2012.

Paralelamente aos primeiros passos das negociações dentro do Fórum, a China avança com a peça de cooperação econômica de maneira *hard* sob Camboja. Ou seja, Pequim utilizou sua influência econômica em Phnom Penh, que estava na presidência da ASEAN em 2012, para garantir que as disputas territoriais não fossem abordadas nas negociações (CHINA'S, 2013). Dessa forma, Camboja atuou como um *spoiler*, primeiro bloqueando qualquer referência às preocupações trazidas pelas Filipinas e Vietnam, segundo, ao tentar inserir a afirmação, em um dos comunicados do Fórum de que os líderes da ASEAN não concordavam em internacionalizar as disputas no sudeste do mar da China (THAYER, 2013). A ação de Camboja aumentou as divergências entre os membros da ASEAN provocando o fracasso de duas reuniões do grupo sobre a COC (uma em julho e outra em novembro). Essa foi a primeira vez na história da Organização que os ministros não conseguiram chegar a formulação de um comunicado conjunto. Desta forma, o primeiro xeque consolida-se com a movimentação, mais uma vez, do “discurso multilateral” de Pequim, que avança em direção contrária ao seu discurso anterior nas negociações, afirmando que “o tempo ainda não estava maduro” (*time is not ripe*). Como resultado, a China consegue bloquear temporariamente o avanço das medidas de resolução quanto às ilhas Spratly, sem que seja necessário pôr em prática seu discurso assertivo de soberania.



**Figura 3: Jogo chinês nas negociações do COC em 2012**

**Elaboração própria**

Em 2013, observa-se que a estratégia *Smart* também inicia através do tabuleiro político. Neste caso, o “discurso multilateral” empreendido pelos políticos chineses tem com a finalidade responder ao novo quadro da ASEAN, onde a China decididamente está em desvantagem. Segundo apresenta Thayer (2013), a China enfrenta no ano de 2013 uma ASEAN mais unificada e determinada a concluir o COC. Sem contar com o apoio de Camboja, que decidiu cessar o bloqueio aos esforços do Fórum, além de uma nova e mais ativa presidência da ASEAN – liderada por Brunei- cabe a Pequim reafirmar sua posição de *peaceful rise/ Peaceful development*.

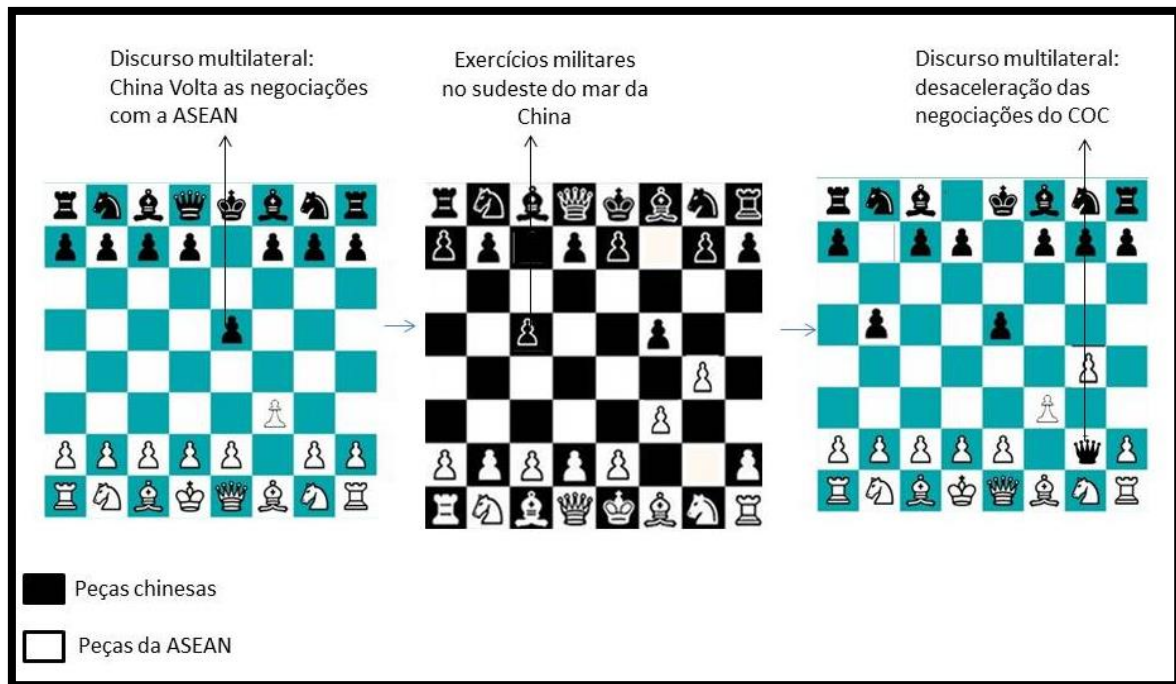
Nessa linha, a estratégia *Smart* tinha que lidar com duas possíveis ameaças aos interesses chineses: 1) a possibilidade de uma evolução mais rápida da COC e 2) temor de que seus vizinhos desenvolvessem pretensões de explorar outros recursos arbitrários, seguindo o exemplo das Filipinas que, no dia 22 de Janeiro do mesmo ano, abriu uma ação contra a China na ONU.

A China lança sua peça no tabuleiro militar ao empreender uma série de “exercícios” dentro os limites dos “nove traços”<sup>26</sup>. Os exercícios militares tiveram início dia 31 de janeiro de 2013 e seguiram ao longo do sudeste do mar da China, passando bem próximo à costa de países como Malásia e Brunei (SOTOREY, 2013). Os exercícios, além de demonstrarem a capacidade bélica de garantir seus interesses na região, geraram como consequência a diminuição no ritmo das negociações do COC dentro da ASEAN. De acordo com o ministro das relações exteriores, o trabalho do grupo estaria caminhando de forma “*gradual progress and consensus through consultations*”<sup>27</sup> (A CODE OF CONDUCT, 2013). Logo, mais um xeque para a China.

---

<sup>26</sup> Linha traçada ao longo do sudeste do mar da China, nos mapas chineses desde de1947. Essas linhas delimitam o espaço marítimo – rico em recursos naturais- que está sob as alegações de Pequim. (Clarification, 2012).

<sup>27</sup> Tradução: “processo gradual e consenso através das consultas”



**Figura 4: Jogo chinês nas negociações da COC no início de 1013**

**Elaboração própria**

É importante ressaltar que essa estratégia *Smart* tem uma abordagem cíclica. Ou seja, as ações chinesas sempre vão levá-lo para a primeira peça recomeçando o jogo. Comparando novamente a um jogo de xadrez comum, é como se o posicionamento da China gerasse vários xeques, mas não um Xeque mate. Essa linha de ação é justificada pelo temor chinês, já citado, de uma reação de contenção anti-China na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as dramáticas mudanças ocorridas no meio da segurança global e regional, em especial, pós Guerra Fria, o jogo asiático de segurança reverteu-se em um dilema de segurança em que a China era o principal jogador a ser temido e contido, decorrente do seu rápido crescimento internacional. As peças dos jogadores foram dispostas nos três tabuleiros intencionando uma estratégia *hending*<sup>28</sup>, em que essas recebem tanto a influência norte-americana quanto chinesa durante a movimentação de suas peças. Nessa lógica, os Estados

<sup>28</sup>O termo *Hending* não possui uma tradução propriamente dita em português. Assim, Tomé (2010) define esse conceito como o comportamento prudente e ambivalente dos atores, utilizando todos os tipos de recursos possíveis, bem como, diversos caminhos para a garantia dos interesses nacionais de segurança.

asiáticos conseguiriam contrabalancear uma China emergente e suas não reveladas intenções ao mesmo tempo em que tirariam vantagens dessa relação com a mesma.

Em resposta, Pequim tem reiterado o discurso de *Peaceful rise/Peaceful development* em sintonia com a política de “boa vizinhança”, de forma a garantir que seu rápido crescimento político, econômico e militar seja concebido como benéfico para toda a Ásia, e não como um fator de insegurança que conduzirá a um provável confronto. Essas duas políticas de integração regional, em suma, são envolvidas por uma política mais abrangente, lançada em meados da década de 1990 e denominada de “Novo Conceito de Segurança”.

Nota-se que utilizando-se de uma estratégia *Smart* esse “Novo Conceito de Segurança” visa garantir a defesa dos interesses vitais e estratégicos chineses, como também os seus objetivos de desenvolvimento econômico (CARRIÇO, 2012), ao mesmo tempo em que tenta criar um ambiente pacífico e estável para o crescimento destes.

A China reconhece que os mecanismos cooperativos de segurança na Ásia, possuem debilidades funcionais (CARRIÇO, 2012), principalmente no que se refere a comportamentos mais efetivos no combate aos desafios regionais. Isso explica, em parte, porque esses Organismos são para China um instrumento de garantia de sua integridade territorial e reafirmação do seu papel de potência regional e internacional.

Jogando dentro da ASEAN, da ARF e da OCX torna-se mais fácil modificar as preferências dos membros e alterar a agenda de segurança devido tanto à interdependência dos vizinhos asiáticos à economia chinesa, quanto à própria estratégia desses países de gerar o que Carriço (2012) denomina de Concerto de arcos de segurança<sup>29</sup>. Weber (2009) adiciona outra explicação ligada à recusa dos países da região de quererem a institucionalização desses Fóruns, uma vez que temem minar os princípios da ASEAN way.

Assim, tem-se verificado que o não desenvolvimento de mecanismos de segurança como a diplomacia preventiva e a capacidade de resolução de conflitos, tanto na ARF quanto na ASEAN, está minando a eficácia desses Organismos e suas operabilidades de enfrentar as ameaças internacionais (WEBER, 2009).

Nota-se que as limitações assinaladas, têm contribuído para uma maior fragmentação interna dos Fóruns – em especial da ASEAN- levando os Estados a buscarem outras vias para lidar com a segurança, como no caso das Filipinas que, em 2013, fez uma reclamação legal – contra a China - as Nações Unidas para estabelecer um tribunal formal sob a Convenção sobre

---

<sup>29</sup>Esse concerto deriva da estratégia dos países do Sudeste Asiático de aumentar a interdependência regional de Pequim por meio de uma série de declarações e protocolos. Com isso, se busca evitar a redução das assertividades chinesas e seu aprofundamento no papel de potência responsável (CARRIÇO, 2010)

o Direito do Mar sem previamente consultar os demais membros da ASEAN (THAYER, 2013). Na época, isso afetou as negociações da construção do Código de Conduta no Sudeste do mar da China, uma vez que Pequim saiu do diálogo multilateral dentro da ASEAN, partindo para um diálogo bilateral, excluindo as Filipinas.

Outra consequência a ser apontada é o aumento, em alguns países, da militarização e do nacionalismo (STOREY, 2013), o que leva por fim, ao aprofundamento do dilema de segurança no Sudoeste Asiático. As onze semanas de protestos anti-China em 2011 por parte da população no Vietnã apresentam bem esse problema.

Infere-se que a OCX também sofra pela mesma deficiência institucional que a ARF e ASEAN. Ao estimular a criação de medidas de segurança que visem atender, em sua maior parte, as ações de Pequim em Xingjian, o Fórum acaba se tornando um mero espaço de diálogo sobre a segurança (MARIANI, 2013) ou um detentor das regras do jogo (SWANSTRÖM, 2011), regras estas não muito bem definidas. De fato, a OCX não consegue coordenar as suas ações conjuntas de forma a lidar com outras ameaças na região (a exemplo do terrorismo e disputas dos recursos energéticos) que não a ameaça dos movimentos fundamentalistas. Não é para tanto que este Fórum nunca conseguiu reagir coletivamente a crises de grande escala na Ásia Central, a exemplo dos acontecimentos no Quirguistão em 2010 (MARIANI, 2013).

É preciso levar em conta que, o fato da China ter impulsionado a criação deste Órgão e possuir um nível relevante de influência na sua agenda, pode implicar em reações contrárias ao desenvolvimento da OCX. Por exemplo, a Rússia tem tomado uma política mais agressiva quanto a esse multilateralismo, uma vez que o crescimento da China na Ásia Central é tido mais como ameaça do que como uma vantagem. O temor da Rússia quanto à pressão da China em tornar o Fórum mais ativo, tem barrado a criação do Banco de Desenvolvimento da OCX, ao estabelecer uma união aduaneira com Cazaquistão e Belarus e buscando persuadir Quirguistão e Tazaquistão para esse mesmo grupo (OS DESAFIOS, 2013). Dessa forma, a realidade de OCX é que grande parte das atividades atuais não são de natureza multilateral, mas sim, bilateral (SWANSTRÖM, 2011).

Nota-se, finalmente, que o sucesso da estratégia *Smart* no controle das agendas dos Fóruns tem implicações diretas na dinâmica de segurança regional. Se por um lado a China tem tido sucesso em seus xeques no tabuleiro Asiático, por outro é um erro acreditar que esse jogo é jogado unilateralmente. Na realidade, os países membros também têm movimentado suas peças de forma que os Fóruns tem se tornado mecanismos de pressão sobre a China. A

inserção das disputas territoriais no sudeste do mar da China, na agenda de discussão ilustra bem essa conquista da ASEAN frente aos interesses soberanos de Pequim.

Em suma, como aponta Nye (2012), o grande desafio do jogo tridimensional deste século é criar e manipular vínculos em áreas em que o ator é forte e evitar ser controlado em áreas em que o ator é relativamente fraco. Logo, quem pretende influenciar também é influenciado, podendo chegar a um limite quando os interesses soberanos dos Estados começam a colidir (CARRIÇO, 2012). Desta forma, a grande questão que se coloca para a dinâmica de segurança desses Fóruns é até que ponto Pequim vai conseguir conduzir sua estratégia *Smart* sem que isso acarrete uma resposta assertiva ou de contenção anti- China por parte dos seus vizinhos e uma interferência maior norte-americana na região.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. *Constructing a Security Community in Southeast Asia ASEAN and the problem of regional order*. Nova York. Routledge. 2001.

ARMITAGE. Richard L. NYE. Joseph S. *Smart Power and the U.S Strategy for Security in a Post- 9/11 World*. Center for Strategic and International Studies. 2007.

ARTEGA. Félix. *El Ejército Popular de Liberación: de la defensa de la frontera a la defensa de los intereses de China*. 2010.

BRESLIN. Shaun. *Understanding China's regional rise: interpretations, identities and implications*. International Affairs. Nº 84, Abril, 2009: 817-835.

CAMMACK. Paul. *Smart Power and US Leadership: A Critique of Joseph Nye*. *49<sup>th</sup> Parallel*, Vol. 22 (Autumn), 2008: 4–20.

CARRIÇO, Alexandre. *Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China (1998-2010), Uma Desconstrução do Discurso e das Percepções de (In)segurança*. Instituto de Defesa Nacional. Lisboa. 2012.

CARRIÇO, Alexandre. *A Cooperação militar chinesa*. *Relações Internacionais*, Lisboa, Portugal, Nº 26, Junho, 2010:025- 037.

CARLETTI, Anna. *A política de Boa Vizinhança chinesa e a Construção da Integração Regional Asiática*. In: 1º Seminário de Pós- Graduação em Relações Internacionais: Governança e Instituições Internacionais. FINATEC, Brasília. 2012.

DIMITROVA. Anna. *Obama's Foreign Policy: Between Pragmatic Realism and Smart Diplomacy?*. Disponível em <http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/academy/Anna->

[Dimitrova-Obama's-Foreign-Policy-Between-Pragmatic-Realism-and-Smart-Diplomacy.pdf](#)>  
Acessado em: 27 de agosto de 2013.

DOSCH, Jörn. *Managing security in ASEAN-china relations*. ASIAN Perspective. Nº1, Pág 209-236. 2007.

DUARTE, Paulo. *Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, Vol.34, Nº 2, Julho/ dezembro, 2012:501-529.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *China envia 15,6 mil soldados a missões de paz da ONU em 20 anos*. Disponível em: <http://ao.chineseembassy.org/por/sghd/t716573.htm> Acesso em: 8/ 11/ 2013.

FRAVEL, M. Taylor. *Clarification of China's Claim?* Disponível em: <http://thediplomat.com/2012/03/clarification-of-chinas-claim/> Acesso em: 07/03/2014.

FREITAS, Riva Sobrado de. PINTO, Danielle JaconAyres. *Política externa e Smart Power: uma análise a partir da visão de Democracia, Agência Estado de Guillermo O'Donnell*. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/uils/article/view/3970/0> Acesso em: 15/ 08/ 2013.

GILL.Bates. *Rising Stars, China's' New Security Diplomacy*. Brookings Institution Press. 2007.

KAUL, Inger. *A hora dos Bens Públicos Globais*. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=172> Acesso em: 05/ 03/2014.

KLEY, Dirk van der. Os desafios da China. The Diplomat. Dezembro, 2013. Disponível em: <http://isape.wordpress.com/2014/01/10/os-desafios-da-china-na-ocx/> Acesso em: 24/ 02/2014.

LI, Mingjiang. *China's participation in Asian multilateralism: pragmatism prevails*. In: HUISKEN, Ronald Herman. *Rising China: power and reassurance*. 2009. ANU Press. Australia. 2009.

LYRIO, Mauricio Carvalho. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília. FUNAG. 2010.

LUCENA, Andréa Freire. SILVA, Helder Paulo Machado. *Cooperação e Poder: A Organização de Cooperação de Shangai como Expressão da política Externa Chinesa para a Ásia Central*. OPSIS, Catalão, V.11, Nº 2, 2011: 75-96.

MARIANI, Bernardo. *China's role and interests in Central Asia*. Saferworld. 2013.

MENDES, Carmen Amado. *Política Externa Chinesa: Um jogo em vários tabuleiros*. In: Revista de Estudos Chineses. Instituto Português de Sinologia. 2008: 231-241.

NETO, Álvaro Panazzolo. *China e Segurança Regional no Extremo Oriente: a Política Externa da China e a ASEAN*. I Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília. 2012.



NIQUET, Valérie. *China and Central Asia*. Disponível em: <http://chinaperspectives.org/1045> Acesso em: 11 de fevereiro de 2014.

NYE. Joseph S. *O Futuro do Poder*. São Paulo. Benvirá. 2012.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. *Segurança Na Ásia Central E O Papel Da Organização De Cooperação De Xangai*. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Ciências Econômicas Curso De Graduação De Relações Internacionais. Porto Alegre. 2008.

Organização para a Cooperação de Xangai. Site oficial. <http://www.sectesco.org/EN123/>

STOREY, Ian. *China's Game Plan in Southeast Asia, In Brunei, Beijing will try to scupper South China Sea cooperation without driving states toward the U.S. Opinion Asia*. Disponível em: <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424127887324624404578257161151608552> Acesso em: 12/01/2014.

STOREY, Ian. *ASEAN and the South China Sea- Deeping Divisions*. The National Bureau of Asian Research. 2012. Entrevista concedida à Ann Jung.

STOREY, Ian. *China's Growing Security Role in Southeast Asia Raises Hopes and Fears*. Disponível em: [https://www.academia.edu/3888303/Chinas\\_Growing\\_Security\\_Role\\_in\\_Southeast\\_Asia\\_Raises\\_Hopes\\_and\\_Fears](https://www.academia.edu/3888303/Chinas_Growing_Security_Role_in_Southeast_Asia_Raises_Hopes_and_Fears) Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

STOREY, Ian. *Slipping Away? A South China Sea Code of Conduct Eludes Diplomatic Efforts*. 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/3082727/Slipping\\_Away\\_A\\_South\\_China\\_Sea\\_Code\\_of\\_Conduct\\_Eludes\\_Diplomatic\\_Efforts](https://www.academia.edu/3082727/Slipping_Away_A_South_China_Sea_Code_of_Conduct_Eludes_Diplomatic_Efforts) Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

SWANSTRÖM, Niklas. *China and Greater Central Asia: New Frontiers?*. Massachusetts. Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program. 2011.

TOMÉ. Luis José Rodrigues Leitão. *A Geopolítica e o Complexo de segurança na Ásia*. 2010. 469 folhas. Dissertação (Doutorado em Relações Internacionais). Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Lisboa.

THAYER, Carlyle. *New Commitment to a Code of Conduct in the South China Sea*. The National Bureau of Asian research, 2013.

VULVING, Alexander L. *How Soft Power Works*. American Political Science Association annual meeting, Toronto, 2009.

YUAN, Jing-dong. *China-ASEAN Relations Perspectives, Prospects and Implications for U.S. Interests*. 2006. Disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> Acesso em: 26 de Janeiro de 2014.

YUAN, Jing- Dong. *Asia- Pacific security: China's Conditional Multilateralism and Great Power Entente*. Institute of Strategic Studies. Estados Unidos. 2000.

WILSON, Ernest J. *Hard Power, Soft Power, Smart Power*. The ANNALS of American Academy of Political and Social Science.2008.

WEBER, Katja. *The ASEAN Regional Forum and Security Governance in Asia- Pacific*.In: EUSA Biennial International Conference. 2009.

ZHU, Zhiqun.*China's New Diplomacy: Rationale Strategies and Significance*.Ashgate Publishing, Ltd. 2013.